

O IMIGRANTE NA ÓTICA DA POLÍTICA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA

VISÕES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL AOS ANOS 50

Francisco Aragão Azeredo *

Os fluxos migratórios internacionais passaram por um longo período de declínio durante os anos 30 do século XX, provocado não só pela crise econômica que se abateu pelo mundo a partir do final da década anterior como também pelo surgimento de um clima político desfavorável às migrações tanto nos países de emigração como de imigração, com o surgimento de leis restritivas à chegada de imigrantes nestes e o advento de regimes totalitários em países tipicamente emigrantistas como Japão e Itália, onde foram impostas restrições à partida de seus nacionais para outros países.

Dentro deste quadro, a Segunda Guerra Mundial surge como um período em que ocorre o bloqueio temporário dos fluxos migratórios transcontinentais, que apresentam uma queda abrupta mesmo que se considere o declínio verificado ao longo dos anos 30. A situação no Brasil, onde o sistema de cotas imposto aos imigrantes das diferentes nacionalidades foi em grande parte responsável pela queda dos índices de imigração estrangeira verificada na década anterior à Guerra é bem significativa disso.

No entanto, ao contrário do que se poderia esperar, o debate em torno das

questões ligadas à imigração não só não acompanhou a cessação dos fluxos internacionais verificada durante a Segunda Guerra Mundial como também serviu de palco para a exacerbação nacionalista verificada durante o confronto nos meios acadêmicos e governamentais.

Com isso, a discussão em torno da figura do imigrante se tornou uma das questões chave dos trabalhos acadêmicos relacionados à política imigratória brasileira durante o período que vai da Segunda Guerra Mundial ao início dos anos 50. Visto como um elemento potencial da formação da identidade nacional, o imigrante se torna alvo de toda espécie de especulação quanto à sua composição física, mental e moral, da qual vai depender o seu caráter enquanto formador ou “deformador” da composição da população do Brasil dentro dos interesses dos grupos dominantes no campo acadêmico e no governo então.

EXPECTATIVAS PARA O PÓS-GUERRA

Ao mesmo tempo em que a Segunda Guerra Mundial criou um empecilho para os fluxos migratórios internacionais durante sua vigência, também gerou a possibilidade de um

eventual retorno desses fluxos ao final dos confrontos. Assim, ao longo desse período surge uma crescente expectativa em torno do retorno dos fluxos migratórios após o final da Guerra (Azeredo, 2004) por conta das dificuldades que se apresentariam nos países europeus arrasados durante os combates.

A derrota alemã e a rendição incondicional japonesa em 1945 dão fim ao conflito, o que acarretou na intensificação das discussões em torno daqueles que então se iniciava a chamar de refugiados da guerra. Ao mesmo tempo em que se via a possibilidade de atrair imigrantes, temia-se que elementos indesejados se infiltrassem em território nacional. Não obstante, alguns autores defendiam até mesmo a acolhida de órfãos da guerra como se fosse um ato patriótico, como pode ser visto em opinião publicada no Boletim Geográfico, então publicado pelo IBGE, de agosto de 1946:

“O número de órfãos é fantástico. (...) Bem que poderíamos acolher uns vinte mil deles. Essas crianças, se houvesse generosidade e espírito patriótico por parte das classes abonadas, nada impediria que viessem para o Brasil (...) Tanto casal que anda por aí, criando cachorro, gastando dinheiro, estaria melhor com a consciência

do mundo enfermo se procurasse adotar um ente juvenil de sangue limpo." (Vidal, 1946)

Esse trecho evidencia que parte dos interesses na imigração para o Brasil então estavam voltados para a questão da eugenia, que mesmo depois do colapso do regime nazista, até então o mais ardoroso defensor dessa idéia atualmente desacreditada pela ciência mantinha seus defensores pelo país. No caso, vemos o autor defender a recepção de órfãos da guerra apelando para a "generosidade e espírito patriótico das classes abonadas", sequer tentando esconder que na verdade o seu objetivo seria fomentar a adoção de crianças européias vistas como de "sangue limpo" ou seja, eugenicamente superiores.

Não só de propostas eugênicas se compunham as expectativas em torno da imigração do pós-Guerra. Esperava-se também que aqueles que viessem ao Brasil tivessem qualificação profissional de modo a suprir as necessidades da crescente industrialização brasileira, bem como a demanda por trabalhadores especializados em atividades ligadas à vida urbana, que se expandia com a aceleração da urbanização.

Vale ressaltar que até então se verificava que a imigração estimulada para o Brasil foi em primeiro lugar baseada em colonos para a ocupação de áreas desabitadas do país, com base em atividades agrárias e, posteriormente, de trabalhadores rurais para as grandes propriedades, onde essa mão-de-obra surgiu primeiramente como substituta dos escravos e teve sua demanda acompanhando o crescimento das lavouras do café e outros cultivos nos latifúndios do país.

Contra essa visão do imigrante exclusivamente como trabalhador rural, Castro Barretto já alertava em

plena Segunda Guerra Mundial:

"Devemos abandonar o rigoroso critério do imigrante agricultor, dando igualmente preferência ao médio-técnico, ao trabalhador especializado, já que ingressamos numa intensíssima fase industrial, e nos encontramos desproporcionadamente ainda longe da formação das massas desses obreiros e mestres." (Barretto, 1943)

É preciso notar aqui que se mantinha a mesma visão utilitarista predominante no período anterior à Guerra. O que muda é o fim procurado. Se durante o período imperial e da República Velha o foco da economia brasileira estava voltado para o campo, o Estado Novo buscou industrializar o país, através da substituição de importações, para a qual precisaria de uma mão-de-obra qualificada escassa no país, o que se deve em grande parte às limitações do sistema educacional de então.

No entanto, podemos ver que de nenhuma forma se cogitava substituir o imigrante agricultor pelo técnico, e sim se elevava o segundo ao mesmo status do primeiro. Na verdade, o imigrante das áreas urbanas só desperta interesse a partir do momento em que apresenta alguma forma de especialização voltada para atividades técnicas. Esperava-se que durante o pós-Guerra uma quantidade considerável desses trabalhadores procurasse sair da Europa para outras regiões do globo.

O imigrante agrícola mantinha sua função não só como mão-de-obra para as grandes propriedades como também elemento fundamental para uma das metas então visadas através do estímulo à imigração: a colonização do interior brasileiro, visto como uma imensa área desabitada cuja ocupação

seria vital para os interesses nacionais. Para que isso ocorresse, autores de variadas correntes ideológicas escreviam em prol de uma política de colonização que viesse a permitir uma ocupação dos vazios demográficos de forma consistente. À esquerda do espectro ideológico de então, temos Caio Prado Junior que alerta em 1944:

"O povoamento é e sempre foi o capítulo mais importante e fundamental da nossa vida coletiva. Afinal de contas, toda a história do Brasil não é senão a história do povoamento e ocupação de um grande território semi-deserto. E ainda hoje, não saímos desse plano: a maior parte do país ainda está por ocupar; e o que ficou para trás exige modificações profundas. Somos uma população mal distribuída e mal fixada em seu território. Dispersa e móvel. E não podemos contar unicamente com o curso natural e espontâneo dos acontecimentos para a evolução mais favorável: é necessário uma ação consciente e uma política bem orientada." (Prado Junior, 1944)

Com isso concordariam outros autores mais alinhados com a visão governamental de então. O grande diferencial entre essas correntes se daria na atenção dada à questão fundiária, quando percebemos uma crítica ao modelo então vigente na estrutura fundiária brasileira (que perdura até os dias atuais) feita por Caio Prado Junior e outros autores alinhados à sua visão em contraste com outros autores, ligados ao status quo, que viam a questão da colonização como um mero prolongamento da política imigratória adotada pelo país. (Azeredo, 2004)

Assim, podemos perceber que entre as expectativas em torno da imigração

do pós-guerra estavam idéias como a melhoria eugênica do conjunto da população brasileira, bem como a atração de contingentes de mão-de-obra para a cidade e o campo dentro do contexto do crescimento econômico e da industrialização do país. Não só isso, como também se esperava que a partir dos fluxos migratórios do pós-Guerra fosse possível instaurar uma política eficaz de povoamento dos espaços vazios do interior do Brasil. Os instrumentos para o cumprimento dessas metas seriam, em última análise, os grupos de imigrantes e refugiados a sair da Europa terminada a Segunda Guerra Mundial.

EM BUSCA DO IMIGRANTE IDEAL – EXCLUINDO OS INDESEJÁVEIS

Tendo em vista as expectativas em torno da imigração do pós-Guerra, cumpre falar dos pré-requisitos que os imigrantes precisariam atender para atender aos propósitos das políticas voltadas à imigração expostas pelas autoridades acadêmicas e governamentais de então.

É impossível falar na questão do imigrante durante esse período sem mencionar a importância que o debate em torno da eugenia teve em relação ao processo de seleção deste e a influência de idéias racistas vindas do nazismo e de autores europeus como Gobineau quanto à inferioridade racial de povos não-europeus, bem como dos mestiços. Na verdade, a questão racial assumiu uma importância tal que em não poucos casos chega a se sobrepor às considerações de ordem econômica. Isso é particularmente notado nos escritos relacionados à imigração feitos por médicos no contexto da época.

Em abril de 1946 podia ser lido na

Revista de Imigração e Colonização, então publicada pelo órgão oficial do governo diretamente ligado a essas atividades, o CIC (Conselho de Imigração e Colonização), que

“antes de se cogitar do problema de braços para a lavoura ou de bons técnicos para nossa indústria, há de se considerar o imigrante sob o ponto de vista eugênico. Não é lícito a uma geração pensar exclusivamente nos benefícios imediatos que possam lhe advir do concurso de elementos estrangeiros, sem antes atentar com o devido cuidado, para as conseqüências futuras da falta de escrúpulos na recepção de novas correntes imigratórias, tendo em vista o seu duplo aspecto racial e individual.” (Silva, 1946)

Com isto, podemos ver que além de braço para o trabalho manual, o imigrante era visto como um elemento potencialmente eugênico de forma a contribuir para a composição racial da população brasileira. Dentro desse quadro, os idealizadores desse processo não procuravam esconder que a longo prazo a sua meta era o “embranquecimento” da população brasileira, meta que se manteve presente ao longo da época da Guerra e perdurou por anos depois dos confrontos. Exemplo disso é dado no artigo “A imigração na Política Brasileira de Povoamento”, onde se lê que:

“A seleção se realiza para a escolha dos elementos que mais convenham ao país. (...) O primeiro diz respeito à seleção étnica. É ponto pacífico, hoje, entre nós, que só nos convém imigração branca. (...) se quisermos fazer prosseguir o branqueamento do Brasil que se vem acentuando ano para ano, (...)

deveremos auxiliar essa tendência, abrindo nossos portos à imigração branca e excluindo as correntes imigratórias negra e amarela. Isso não quer dizer que proibamos a entrada de elementos de cor, isoladamente, mesmo em caráter permanente; significa apenas que desejamos ser brancos daqui há alguns séculos, e continuaremos internamente a nossa sábia política de miscigenação ampla...” (Neiva, 1950)

Atenção aos trechos acima grifados, que mostram claramente como o quesito raça se mostra fundamental para a seleção dos imigrantes a entrarem no país. Vale notar que o autor desse artigo, Artur Neiva, foi um dos acadêmicos mais influentes dentro dos quadros governamentais relacionados à imigração, tendo influenciado grande número de seus pares. Na verdade, ele chega a ser promovido à categoria de “herói” num artigo de Antônio Xavier de Oliveira intitulado “Três heróis da campanha anti-nipônica no Brasil: Félix Pacheco, Arthur[sic] Neiva e Miguel Couto”, publicado na Revista de Imigração e Colonização de maio de 1945, portanto próximo ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Esse artigo nos leva a outro dos quesitos considerados na escolha do imigrante, para além da raça, a questão da nacionalidade. Embora no exemplo japonês supracitado uma e outra se confundam, em alguns casos essas questões se tornam mais distintas. De qualquer forma, se impunha como critério de seleção o aproveitamento de imigrantes de nacionalidades tidas como de mais fácil assimilação ao conjunto da população brasileira, em oposição a grupos considerados de difícil assimilação ou mesmo indesejáveis, do que os japoneses eram um claro exemplo.

Caso mais peculiar é o dos judeus. Embora dificilmente se chegasse ao ponto de dizer que os judeus eram um grupo indesejável por raça, era comum a ênfase no caráter “inassimilável” de seus grupos dentro das sociedades em que viviam, a ponto de se atribuir aos mesmos a culpa pelo preconceito de que eram alvo! Exemplo disso pode ser visto no artigo “Imigração do pós-guerra”, publicado na Revista de Imigração e Colonização em meio à Segunda Guerra:

“Não nos move qualquer preconceito contra os judeus - são pacíficos, operosos e inteligentes - mas somos contra a sua intolerância sectária que, proibindo absolutamente a exogamia, cria dentro de cada país em que vivem, núcleos étnicos estranhos, verdadeiros “quistos étnicos” com extremada união. Numa palavra, são os autores da intolerância racial da qual se queixam”. (Barretto, 1943)

Note-se que embora esse autor já tenha admitido que o critério do imigrante meramente como agricultor já estaria ultrapassado, como vimos anteriormente, no caso dos judeus ele irá apontar a preferência desse grupo pelas áreas urbanas como parte de suas restrições à sua chegada, ao mesmo tempo em que alega estar isento de qualquer postura anti-semita.

Em última análise, esse comportamento era relativamente comum entre alguns autores do período, que buscavam uma aparência de imparcialidade quanto à questão judaica ao mesmo tempo em que na prática promoviam velhos preconceitos anti-semitas, como a idéia de que as atividades dos judeus são “voltadas para o comércio, para intermediar as riquezas e jamais produzi-las” (Barretto, 1943),

evocando implicitamente a figura do judeu como usurário.

Até aqui, podemos perceber que se delineia um padrão de imigrante desejado como sendo um europeu, branco, de assimilação fácil (o que favorece os que partem de países latinos e as crianças, que em tese poderiam absorver mais facilmente os costumes e o idioma do país) e com habilidades que permitissem a sua inserção no processo de industrialização então vigente ou então a sua fixação no campo, onde ele poderia contribuir para o processo de ocupação do espaço nacional, desde que observadas as devidas precauções para garantir que os imigrantes instalados no interior se integrem devidamente à nação brasileira e não formem o que muitos autores então chamavam “quistos étnicos” ou “pequenas pátrias”.

Dentro desta perspectiva, Aroldo de Azevedo resume em seu artigo “A imigração no Brasil de após-guerra” de quais países viriam os imigrantes mais adequados para a política imigratória brasileira vigente no período:

“Não temos dúvidas em apontar os povos ibéricos - portugueses e espanhóis, da metrópole ou das ilhas - como sendo os mais indicados. Gente afeiçoada ao campo. Acostumada às lidas da lavoura ou da criação, falando a mesma língua ou línguas irmãs, católica em sua esmagadora maioria (...) Em relação aos portugueses, aplaudimos sem reservas a atual política do Conselho de Imigração e Colonização: que se abram as portas para todos os filhos do velho Portugal (...) Também olhamos com simpatia o elemento italiano, sobretudo o homem do campo. Mas contra ele há o argumento de que, no seu

espírito, ainda deve existir o excesso de nacionalismo que os vinte anos de regime fascista naturalmente fizeram enrijecer...” (Azevedo, 1944)

Na prática, esses grupos apresentavam algumas características que não se encaixavam nos planos das autoridades da época. Portugueses e espanhóis, por exemplo, tinham de forma geral uma predileção pelas áreas urbanas que não se enquadrava nos objetivos de povoamento do interior, sendo que as iniciativas de implementação de colônias rurais desses grupos tiveram no máximo sucesso moderado. No caso dos portugueses é interessante ressaltar que a principal área de atração era a cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal.

Quanto aos italianos, eles não só eram alvo da já manifestada desconfiança por seu “excesso de nacionalismo” como provinham de um país onde os trabalhadores já tinham uma tradição de lutas e reivindicações por direitos trabalhistas mais antiga do que o verificado no Brasil o que os tornava um grupo alvo de desconfianças por parte dos empregadores nacionais. Ainda assim, vale notar que eram vistos de forma geral muito mais favoravelmente do que os já mencionados japoneses ou mesmo os alemães, tidos como de difícil assimilação.

Além dos elementos já mencionados, é digno de nota que a conjuntura política encontrada depois do final dos confrontos acabaria por criar uma nova categoria de imigrante considerada interessante por alguns autores, os refugiados políticos. Derrotada a Alemanha Nazista, o comunismo soviético surge como o novo fator gerador de desarmonia na Europa supostamente capaz de gerar fluxos migratórios partindo daquele

continente. Artur Neiva flertou abertamente com essa possibilidade:

“Os ‘deslocados’ da Alemanha e Áustria, que alguns chamam também de refugiados, são cerca de 1200000 pessoas, localizadas nas três zonas de ocupação das potências ocidentais, naqueles dois países. Ao contrário do que se imagina, não são rebotalhos de guerra, mutilados, velhos, vencidos, doentes ou ex-combatentes sem expressão econômica. (...) Profissionalmente possuem cerca de 140 aptidões específicas entre dezessete categorias profissionais (...) Toda essa gente havia atingido situação de prosperidade em seus países de origem e, assim, não tinham incentivo para abraçar o comunismo, que odeiam por tê-lo experimentado na própria carne, perseguidos como o foram pelos vermelhos.” (Neiva, 1950)

Podemos ver aqui que o suposto anticomunismo dos refugiados seria mais um fator de interesse para o seu recrutamento pela política imigratória nacional, em adição às suas habilidades profissionais, destacadas no texto, e na sua compatibilidade eugênica, implícita a partir das áreas de origem desses contingentes. É interessante perceber que o autor se preocupa em combater preconceitos como a visão dos refugiados como “rebotalhos de guerra” apontando não para fatores humanitários e sim para a pressuposta utilidade de seus talentos.

De qualquer forma, podemos ver que a questão ideológica não se fazia presente apenas de forma negativa, como no caso dos nacionalismos, mas poderia ser vista como um fator positivo caso o alinhamento ideológico dos imigrantes fosse condizente com os interesses do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pós-Guerra terminaria por frustrar as expectativas geradas durante a Segunda Guerra Mundial. O fluxo de refugiados (denominação que começava a ser adotada no período, muitas vezes convivendo com termos como “deslocados”, por exemplo) foi responsável por um curto período de intensificação das migrações internacionais nos anos imediatamente após o conflito mas já no começo da década de 50 a nova realidade internacional da Guerra Fria acabou por impor uma redução considerável desses fluxos, até por conta do fechamento das fronteiras dos países do lado socialista da Cortina de Ferro.

Ao mesmo tempo, os investimentos americanos para a reconstrução dos países da Europa Ocidental e do Japão acabariam diminuindo a pressão migratória nessas áreas, sendo que no caso europeu passaram a ser observados fluxos internos entre os países. Assim mesmo, por algum tempo essas áreas ainda enviariam migrantes para outras regiões do mundo, como o Brasil, só que nunca mais nas quantidades observadas no início do século XX.

Ironicamente, no caso do Brasil o fluxo mais persistente foi o da imigração japonesa, que fora alvo de uma campanha implacável durante o período da Segunda Guerra Mundial, muito mais que a dos nacionais dos outros países do Eixo. Junto com os portugueses, eles seriam os imigrantes mais significativos do período do pós-Guerra, que é marcado pelo declínio das taxas de imigração para nosso país.

Apesar disso, é digno de nota que o debate sobre a política imigratória brasileira perdurou durante esse período e que em boa parte manteve o discurso adotado durante a Guerra em relação à imigração e aos imigrantes.

Ainda que seja possível verificar o declínio dos órgãos governamentais ligados à questão imigratória, nota-se que esse debate não vai se encerrar de forma abrupta e certos conceitos que se viram contestados a partir da derrota nazista no conflito vão se manter, ainda que cada vez mais diluídos e “invisíveis” dentro do discurso acadêmico ligado à imigração no Brasil.

** Francisco Aragão Azeredo é Pós-graduando em Políticas Territoriais no Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Mestrando em Geografia (UERJ).*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEREDO, Francisco Aragão
(2004) *Temas e Conceitos Geográficos no Contexto da Política Imigratória Brasileira: Da Segunda Guerra Mundial aos Anos 50*. Rio de Janeiro, UERJ.
- AZEVEDO, Aroldo de
(1944) “A imigração no Brasil de após-guerra”. *Boletim Geográfico*, n. 11, fevereiro, p. 37-43.
- BARRETTO, Castro
(1943) “Imigração do após-guerra”. *Revista de Imigração e Colonização*, v. 1, março, p. 273-276.
- OLIVEIRA, Antônio Xavier de
(1945) “Três heróis da campanha antinipônica no Brasil: Félix Pacheco, Arthur Neiva e Miguel Couto” *Revista de Imigração e Colonização*, ano VI, n. 2, maio, 235-254.
- PRADO JUNIOR, Caio
(1944) “Problemas de povoamento e a pequena propriedade” *Boletim Geográfico*, n. 12, março, p. 17-31.
- NEIVA, Artur Hehl
(1950) “A imigração na Política Brasileira de Povoamento” *Boletim Geográfico*, n. 86, maio, 249-270.
- SILVA, A. C. Pacheco e
(1946) “Medicina e Higiene (Imigração e Eugenia)” *Revista de Imigração e Colonização* Ano VII, n. 2, abril-junho, p. 265-266.
- VIDAL, Ademar
(1946) “Imigração e nacionalismo” *Boletim Geográfico*, n. 41, agosto, p. 586-587.